

Albano se defende: "o voto foi um equívoco"

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco (PMDB-SE), reagiu ontem, no Rio, às acusações do deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) sobre seu voto favorável à nacionalização da distribuição de derivados do petróleo, dizendo: "Não daria ao deputado Dornelles o direito de me criticar, pois houve apenas um equívoco no meu voto".

Sem explicar por que chegou a votar sobre um tema que desconhecia, "pois estava entrando no plenário", Albano Franco afirmou que, em mais de 300 votações, este foi seu único equívoco. Segundo ele, "todos viram que foi assim", e não votaria como votou se não fosse por equívoco.

Albano Franco citou outro exemplo de voto equivocado no mesmo dia: "O presidente da Comissão de Sistematização, deputado Brandão Monteiro, votou errado sobre uma questão de afretamento de navios. Reconheceu o erro e desculpou-se". Mas nos dois casos, o voto permaneceu registrado.



Um reincidente nas trapalhadas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Não foi somente ao votar de maneira contrária aos seus correligionários na questão do monopólio na distribuição dos derivados de petróleo que o senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), beneficiou a esquerda dentro do seu partido, tanto que ao votar foi aplaudido com entusiasmo pelos xitas e advertido pelo deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ).

É que além de distraído — o senador chegou ao plenário quase ao final da votação e foi induzido a votar "sim", quando, para ser coerente com seu grupo, seria natural votar "não" —, o senador Albano Franco pouco vem comparecendo às sessões de votação da Comissão de Sistematização, da qual é um dos primeiros suplentes a ser chamado (ontem, por sinal, ele era o primeiro na lista de chamada dos suplentes).

No episódio da votação da manhã de terça-feira, a chamada começou pelos partidos menores (as votações ora começam pelo PMDB, o maior partido, ora pelo menor, o PMB, que tem apenas um representante) e todos os titulares e suplentes haviam votado, sendo Albano Franco o primeiro suplente do PMDB a ser chamado: com a votação errada, de certa forma ele dirigiu os demais votos para a aprovação do monopólio na distribuição do petróleo, beneficiando duplamente os xitas.

Albano Franco votou "errado" nas outras poucas vezes em que esteve no plenário da Comissão de Sistematização — ele, por exemplo, não esteve nas votações do sistema tribu-

tário e somente chegou ao plenário na metade da votação da ordem econômica, justamente quando foi chamado na questão do petróleo. Também votou favorável à retirada de uma emenda que protegia as empresas com até dez funcionários contra a estabilidade (mas ele, juntamente com os esquerdistas, foi derrotado nessa votação).

Na questão da estabilidade Albano Franco foi muito criticado por ter votado com a esquerda, mantendo a estabilidade no emprego contra a demissão imotivada ou sem justa causa. A distração do senador Albano Franco lhe valeu uma repreensão pública, e por escrito, do deputado Gilson Machado (PFL-PE), empresário e usineiro, que protestou contra a constante ausência do senador no plenário e contra o seu voto na sessão matutina de terça-feira.

Azevedo ataca: "ele só representa peleguismo"

AGÊNCIA ESTADO

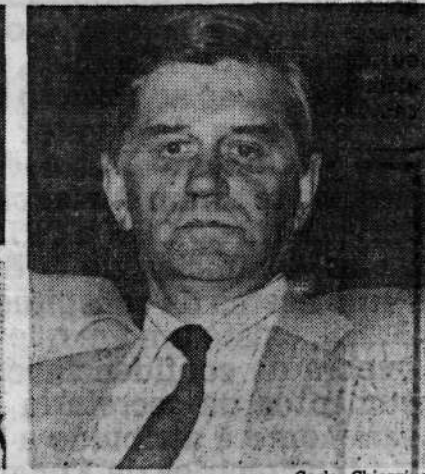
O presidente da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), Eduardo da Rocha Azevedo, defendeu ontem em Curitiba, em palestra para empresários, a demissão do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco, "que vem adotando uma política de peleguismo e não representa em nada a livre iniciativa brasileira". Particularmente irritado com o voto favorável do senador à proposta do monopólio para a distribuição de derivados de petróleo, Rocha Azevedo garantiu: "A mim ele não representa na Constituinte". E comentou: "Se ele fosse um comunista, eu até entenderia — mas o que virou esse país se o representante da livre iniciativa, um empresário, vota exatamente contra a livre iniciativa?"

Igualmente supreso "com mais essa discriminação contra o capital estrangeiro" estava Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O monopólio da distribuição de petróleo "vai repercutir muito mal no Exterior", garantiu ele. "Não podemos conceber que empresas estrangeiras, instaladas no País há mais de 75 anos, venham a sofrer modificações radicais". O empresário Roberto Della Manna, 1º secretário da Fiesp, concordou com Amato mas manifestou uma esperança: a decisão da Comissão de Sistematização "poderá ser corrigida pelo bom senso do plenário da Constituinte".

Para o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, a decisão é "injustificada e sem sentido". A Constituinte "faz trabalho sério — disse o ministro — mas há pontos, como esse, que espero sejam modificados". Falando em Brasília, Bresser explicou que a nacionalização não terá efeitos diretos sobre a economia, mas "dá um sinal muito negativo aos investidores estrangeiros e às multinacionais, num momento em que o País tem grande interesse em receber capital estrangeiro". Já o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, disse ontem no Rio que a decisão "é um fato novo que tem de ser examinado com muito cuidado". E advertiu: "É preciso não exacerbar posições e respeitar a decisão dos constituintes. Vamos ver como fica a posição em plenário". O ministro diz que é a favor do monopólio da União para transporte e produção de petróleo, mas que, sobre a distribuição, "é preciso estudar o assunto".



Rocha Azevedo, da Bolsa



Robert Broughton, da Shell

"A concorrência é melhor"

O presidente da Petrobrás, Ozires Silva, disse ontem no Rio que a decisão da Comissão de Sistematização da Constituinte, de nacionalizar a distribuição de derivados de petróleo, "não ajuda o País, sobretudo porque a eficiência baseada na concorrência é sempre melhor para o consumidor". As empresas estrangeiras que atuam na distribuição de combustível no País, como a Shell, Esso e Texaco, têm atuado como se fossem companhias brasileiras e prestado grande colaboração à Petrobrás, acrescentou. Afastá-las do mercado brasileiro significa "dificultar a reciprocidade de atuação, no Exterior, de empresas brasileiras multinacionais do setor", a exemplo de uma subsidiária da Interbrás recentemente criada com esse fim.

Já o vice-presidente executivo da Shell do Brasil, Robert Broughton, confirmou ontem no Rio que a empresa deixará de operar com a distribuição de petróleo no País, caso o plenário da Constituinte aprove a decisão da Comissão de Sistematização. A Shell, há 74 anos no Brasil, não aceita participar de empresas nacionais com capital minoritário (abaixo de 49%), única alternativa prevista.

Também no Rio, em mensagem encaminhada aos 1.500 funcionários da Esso, aos quais adverte que "esta não é a hora de nos sentirmos abatidos", o presidente da companhia, William Arthur Jackson, afirmou que, sem interferir na soberania nacional,

vai mostrar aos membros da Constituinte "por que os fatos nos levam a achar que o projeto do monopólio deve ser eliminado". Este não é o melhor caminho para o País e para os que dependem do setor de distribuição, diz Jackson, "cabendo contudo à sociedade brasileira definir se deseja que empresas como a nossa operem no Brasil", onde está há 75 anos. "Olhando para trás, nada vejo de que possamos nos envergonhar", diz a mensagem.

O presidente do grupo Ipiranga, João Pedro Gouveia Vieira, avisou, no Rio, que, se a Constituinte aprovar a proposta, "pouco faltará para se acabar com a livre empresa no Brasil". A redação da Comissão de Sistematização é "equivocada e inoportuna", disse Vieira. "No Brasil, a intervenção do Estado na livre iniciativa já chegou a um ponto insuportável." Sérgio Luiz dos Santos Dias, vice-presidente da Companhia São Paulo, e Márcio Tidemann Duarte, presidente da Hudson Brasileira de Petróleo, 100% nacional, apesar de favorecidos pela medida, concordaram: Dias disse que "não é porque empresas de determinado setor são lucrativas que elas devem passar para o controle do Estado". E Duarte afirmou que "há espaço e lugar para todas as distribuidoras disputarem o mercado de derivados de petróleo e álcool". Mas mesmo contrário ao monopólio, Duarte lembrou que as empresas nacionais não concorrem em condições de igualdade, no mercado, com as multinacionais, por causa do alto poder econômico das estrangeiras.

Monopólio vai custar muito caro

HELIVAL RIOS

A decisão da Comissão de Sistematização, ao aprovar no capítulo da ordem econômica a retirada das multinacionais da distribuição dos derivados de petróleo, poderá custar muitos bilhões de dólares de investimento estrangeiro ao Brasil, segundo previsões feitas ontem no Palácio do Planalto. Assessores do presidente José Sarney assinalam que há hoje no mundo US\$ 50 bilhões de capital disponível, à procura de novas oportunidades de investimento. Para eles, o Brasil teria de caminhar no sentido inverso, criando novos mecanismos de atração do capital estrangeiro, já que o País necessita de poupança externa para sustentar taxas de crescimento econômico entre 5 e 7% como pretende o governo.

A decisão da Assembléia Nacional Constituinte, praticamente expulsando a Shell, Esso, Atlantic e Texaco do Brasil poderá "sinalizar" os demais investimentos estrangeiros no País, inibindo-os em curto prazo, até que os empresários estrangeiros interessados em investir no País se familiarizem com as novas regras econômicas constantes da futura Constituição. Mas, até que isto não ocorra, ficará no Exterior a imagem de que o Brasil não tem interesse em captar investimento estrangeiro, pois, ao contrário, não estaria expulsando daqui quem já está instalado há muitas décadas no País.

Segundo se entende no Palácio do Planalto, as lideranças políticas, o governo e as lideranças empresariais, neste momento, devem se unir para superar um dos mais graves problemas estruturais da economia, que é precisamente a falta de investimentos. E este problema é grave porque o País precisa garantir um crescimento econômico acelerado capaz de absorver um novo contingente de mão-de-obra que a cada ano chega no mercado, de quase 2 milhões de pessoas, e de propiciar uma melhoria na qualidade de vida da população. Não obstante isto, registra-se hoje uma capacidade de poupança muito baixa do setor privado, e até negativa do setor público, havendo, portanto, necessidade fundamental de se captar poupanças externas.

O mercado financeiro internacional apresenta-se hoje em situação de grande liquidez e sem muitas opções de investimento. O Brasil pode se converter numa boa opção, disputando os cerca de US\$ 50 bilhões em disponibilidade no mundo. Entretanto, o caminho para se chegar a isto é o inverso do que está sendo apontado pela Comissão de Sistematização. Será através da criação de facilidades para o capital estrangeiro, e de "descartorialização" ou desburocratização da economia do País.

O Estado tem de se concentrar nos setores mais diretamente ligados ao interesse da população (transporte, saúde, educação, habitação e saneamento básico), deixando mais espaço para a iniciativa privada. (Brasília/Agência Estado)